

Estudo Técnico Preliminar 166/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.061078/2024-17

2. Descrição da necessidade

A obra contratada em 2010 resultou na construção parcial dos blocos 01 e 02, enquanto o bloco 03 ainda precisaria ser completamente construído.

Para a retomada das obras, será necessária a atualização cadastral da edificação, elaboração de laudo técnico de avaliação estrutural, levantamento topográfico, desenvolvimento de projetos executivos, além de um cronograma de execução detalhado com etapas bem definidas e prazos realistas.

Os prédios da atual Escola de Música da UFBA, hoje sediada no campus Canela, encontram-se com dimensões reduzidas para o atendimento ao crescimento do número de vagas ofertadas na Reestruturação Universitária da UFBA. Desta forma, para o atendimento destas novas demandas, bem como às diretrizes do Plano Diretor da UFBA, foi proposta a criação de um novo prédio no campus Federação/ Ondina, com instalações modernas e devidamente equipadas para o ensino, pesquisa e prática da Música. O complexo de salas e laboratórios com partido arquitetônico formado por três blocos interligados por um pátio interno teve sua construção licitada em 2010 e seu contrato rescindido em 2014. Nesta retomada, propõe-se a conclusão dos Blocos 1 e 2, em função do recurso recebido.

A construção beneficiará 873 alunos, sendo 699 de graduação e 174 de pós-graduação, além de 56 docentes e 40 técnicos (TAE's). A Escola Música é uma referência nos cursos de extensão em música, tanto para jovens e adultos, como para crianças.

Os blocos contemplam 6 salas de aula; 01 diretório acadêmico; 02 salas multiuso; 01 sala de estudo/ biblioteca; 01 estúdio de gravação; 01 sala direção/ vice-direção; 11 salas administrativas; 20 estúdios; 16 gabinetes de professores; 03 núcleos especiais; 20 salas individuais (cubículos) e espaços de serviços (sanitários, vestiários, copa, cantina, depósito, guarda de equipamentos, casa de máquinas, áreas técnicas, depósito material de limpeza e apoio).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [...]
- II) Data de publicação no PNCP: [...]
- III) Id do item no PCA: [150/2023]
- IV) Classe/Grupo: [542]
- V) Identificador da Futura Contratação: [...]

A execução dos serviços atenderá à demanda dos cursos da Escola de Música, devendo a edificação atender plenamente às necessidades solicitadas pelo corpo técnico de professores e pesquisadores da EMUS, criando condições adequadas para as atividades acadêmicas de pesquisa e extensão dessa Universidade.

A UFBA foi contemplada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério da Educação, provenientes do TED nº 14117 (Ação 15R3). Dessa forma, a presente licitação visa concretizar a utilização desses recursos e cumprimento com o referido TED.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI	Eng. Tatiana Bittencourt Dumet – Superintendente da SUMAI Matrícula/SIAPE: 2199195

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Considerando a condição de continuidade da obra dos Blocos 01 e 02, e além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, é possível haver aproveitamento de elementos existentes, tais como instalações hidrossanitárias, eletrodutos, serviços de contrapiso e impermeabilização, chapim, peitoril, soleira e revestimentos cerâmicos. E por isso devem ser atendidos requisitos técnicos, caso haja reparação e/ou recuperação de algum elemento, dando condições plenas de uso e eficiência da vida útil, estas comprovadas por ensaios conforme normas e especificações técnicas.

A CONTRATADA será responsável pela acomodação, transporte e destinação correta de todos os resíduos de construção gerados durante a execução das obras, inclusive pela devida e correta destinação final conforme legislação em vigor.

A CONTRATADA deverá fornecer certificados de qualidade e rastreabilidade da matéria prima dos materiais aplicados na obra a cada medição.

O objeto contratado deve atender à legislação federal, estadual e municipal referente à sustentabilidade, dentre estas:

A Lei Federal nº. 14.133, artigo 5º;

A Lei Federal nº 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente;

A Lei Federal nº 12.187/09 - Política Nacional sobre Mudança do Clima

A Lei Federal nº 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais

O Decreto Federal 10.936/22 - regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MP;

A Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

A Lei Estadual nº 12.932/14 – Política Estadual de Resíduos Sólidos

A Resolução CONAMA 307/02 e posteriores alterações;

A Resolução CONAMA nº 382/06 e posteriores alterações;

A Resolução CONAMA nº 01/90;

A CONTRATADA deve utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente;

A CONTRATADA deve comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, conforme o caso;

A CONTRATADA deve observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010;

A CONTRATADA deve elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC) da obra, em consonância com a legislação ambiental supramencionada;

O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil deverá prever a segregação dos resíduos sólidos gerados no canteiro de obra, de acordo com suas respectivas classes, e a destinação final ambientalmente adequada para cada uma delas (Art. 10 Resolução CONAMA 307/02).

A CONTRATADA deverá apresentar comprovação, por escrito, da destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a execução da obra, de acordo com suas respectivas classes, sob pena de responsabilização, nos termos da Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98);

A forma de armazenamento dos resíduos de construção civil no canteiro de obras deverá obedecer a projeto prévio apresentado pela CONTRATADA, e ser realizado de forma organizada. As retiradas de resíduos deverão ser realizadas com frequência adequada para evitar o acúmulo nas áreas da Universidade e consequente poluição do solo, dos corpos d'água e proliferação de vetores transmissores de doenças;

Os resíduos comuns recicláveis (papéis, papelões, metais, plásticos e vidros) gerados na obra deverão ser encaminhados para o Programa Recicle UFBA, localizado no *campus* Ondina da UFBA e em horário agendado com a Fiscalização;

A CONTRATADA deverá incluir em seu Plano de Gerenciamento de Resíduos uma abordagem para resíduos passíveis de logística reversa (pilhas, baterias, lâmpadas usadas, pneus, óleos lubrificantes, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, toners, dentre outros), prevendo que os mesmos sejam devolvidos para os respectivos fabricantes ou programas de logística reversa por estes financiados, para que tenham destinação final ambientalmente adequada.

Atendendo às leis nacionais relativas ao meio ambiente e à jurisprudência brasileira, é proibida a utilização de amianto na obra.

Deverão ser utilizadas preferencialmente tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo, conforme especificação técnica dos projetos e de acordo com as instruções normativas e legais atualizadas.

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

A CONTRATADA deverá executar técnicas de construção que reduzam a emissão de poeira e de material particulado.

Quando não for possível a redução na geração, a CONTRATADA pode aspergir água constantemente para evitar que o material particulado permaneça em suspensão.

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151/2019 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da

comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152/2017 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

A CONTRATADA deverá realizar o gerenciamento correto do canteiro de obras por meio de tecnologias que permitam maior exatidão no cálculo e controle de materiais necessários, reduzindo os desperdícios e a geração de resíduos sólidos.

Visando a redução do consumo de papel e consequentemente da geração de resíduos sólidos, a CONTRATADA deverá priorizar formas de comunicação não impressas, a exemplo de e-mails, aplicativos de mensagens, dentre outros.

A CONTRATADA deverá utilizar produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de água e energia elétrica durante a execução da obra.

Antes do início da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá realizar um treinamento formal de seus empregados, visando a redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. A CONTRATADA deverá apresentar comprovante da realização desse treinamento para a CONTRATANTE.

A CONTRATADA, em hipótese alguma, poderá atuar de forma contrária à Política Ambiental da Universidade (Resolução CONSUNI nº 10/23), colocando em risco a qualidade ambiental de todo o *campus* universitário no que tange a sua flora, fauna e corpos d'água existentes em sua área.

A CONTRATADA deverá atender às disposições da Portaria 198/2023 da UFBA, que dispõe sobre a criação do Programa UFBA Plástico Zero e a proibição de comercialização e uso de recipientes e embalagens descartáveis de material plástico ou similares no âmbito da Universidade.

A CONTRATADA deverá evitar, ao máximo, situações contínuas de acúmulo de água que propiciem a proliferação de vetores, em especial do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da Dengue, Zika, e Chikungunya.

A CONTRATADA deverá dar prioridade ao emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução da obra.

Indicação de marcas ou modelos

O presente Termo admite a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas e especificações contida no "Caderno de Orientações: Descrição Situacional", apêndice deste Termo de Referência.

Para efeito de equidade comparativa durante as ofertas da disputa, as especificações contidas nos Projetos, Especificações Técnicas ou atualizadas no "Caderno de Orientações: Descrição Situacional" não poderão ser desconsideradas tampouco alteradas, não sendo aceitas cartas de solidariedade emitidas pelo fabricante que assegurem e apresentem prova de qualidade do produto como similar àqueles indicados nas especificações técnicas.

Subcontratação

É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

A subcontratação fica limitada a 30% do valor do contrato, devendo a proponente discriminar quais serviços serão subcontratados.

É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste os projetos de acústica na conclusão dos blocos 01 e 02, bem como na urbanização dos arredores da edificação.

A subcontratação fica limitada a 30% do valor do contrato, devendo a proponente discriminar quais serviços serão subcontratados.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

É vedada a subcontratação de empresa que possua qualquer restrição de contratação com a UFBA.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas neste Termo de Referência.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, caução ou fiança bancária, a parte adjudicatária deverá apresentá-la como condição para assinatura do contrato.

Só será aceito seguro-garantia de instituições devidamente registradas no Banco Central.

A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, uma vez que se trata de uma obra com vulto muito superior à média usual das obras realizadas pela Universidade. Além disso, a 2ª etapa da nova sede da EMUS envolve grandes quantitativos de atividades de considerável complexidade, como acréscimo de um pavimento no bloco 02, instalações acústicas, trabalho em altura para acabamento de fachadas e escavações para execução de infraestrutura enterrada, além do desenvolvimento dos projetos e planejamento da obra serem em BIM. Todo esse panorama serve de justificativa para o incremento no percentual exigido para garantia.

Para propostas finais com desconto superior a 15% (quinze por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional do licitante vencedor, conforme o art. 59, § 5º da lei 14.133/2021, como condição para assinatura do contrato.

Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h às 15h.

A visita deverá ser agendada junto a Coordenação de Obras, Reformas e Orçamento da SUMAI/UFBA, através dos telefones (71) 3283-5812/ 3283-5836 ou dos endereços eletrônicos cor.sumai@ufba.br; sumai@ufba.br, e deverá ser realizada no período de segunda a sexta-feira, de 08h às 15h.

O documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria devem ser anexados ao correio eletrônico de solicitação de visita.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

O prazo para a vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação da licitação, estendendo-se até o segundo dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no respectivo apêndice.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Será permitido o uso de VANT's para verificação de áreas de difícil acesso, a exemplos das fachadas, passarelas e cobertura, desde que apresentada a documentação de liberação do voo previamente anexada no correio eletrônico de marcação da visita

5. Levantamento de Mercado

Os serviços foram cotados a partir da base de dados do SINAPI e/ou ORSE

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no "Caderno de Orientações: Descrição Situacional", apêndice deste Termo de Referência.

A Escola de Música é uma instituição renomada, sediada atualmente no Campus Canela, com limitações de espaço que comprometem sua expansão conforme a Reestruturação Universitária da UFBA. Em resposta a essas necessidades, foi proposto, em 2008, um novo edifício no Campus Federação, planejado para atender ao ensino e prática da música. O projeto original, de 2008, previa três blocos interligados, totalizando 5.949,61 m² de área construída. Em 2010, com recursos do programa REUNI, foi licitada a construção completa do Bloco 01 e do pavimento térreo dos Blocos 02 e 03, com demolição do biotério existente. O contrato inicial, firmado em dezembro de 2010 foi rescindido em 2014, devido à impossibilidade de demolição do biotério. Nos últimos 12 anos, novas demandas surgiram, incluindo a necessidade de uma sala de concertos para a OSSUFBA, além de salas práticas e estúdios. Em 2019, a Direção formalizou essas necessidades, resultando na revisão completa do projeto para atender às especificações acústicas e espaciais da instituição.

Este termo se refere à continuidade das obras do EMUS ONDINA, incluindo a conclusão de todos os serviços necessários ao funcionamento da edificação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas das quantidades foram levantadas a partir das plantas de arquitetura e engenharia e constam da planilha de custo do órgão.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 5.602.847,02

Valor Total Estimado do Serviço: R\$ 16.054.821,70 (dezesseis milhões, cinquenta e quatro mil oitocentos e vinte e um reais e setenta centavos)

Fonte de Recursos: TED 14117/2024 – Ação 15R3 e Tesouro Nacional, Fonte 0112, PRes 043606, elemento de despesa 44.90.51

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A UFBA foi contemplada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Ministério da Educação, provenientes do TED nº 14117 (Ação 15R3). Dessa forma, a presente licitação visa concretizar a utilização desses recursos e cumprimento com o referido TED

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme, Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios: II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

Os serviços de obra civil de conclusão de edificação não é tecnicamente viável quando parcelado.

Por se tratar de um serviço de engenharia (OBRA) que envolve uma única finalidade, na mesma edificação sede da unidade acadêmica não há possibilidade de ser parcelado, sob pena de ser parcialmente realizado ou haver conflito entre as parcelas executadas de forma independente com cronogramas diferentes.

Dessa forma uma única empresa deverá realizar os serviços atendendo ao cronograma de obra.

Por tanto, em se tratando de obra de engenharia e para um melhor atendimento ao objetivo pretendido, não haverá parcelamento da solução e será adotado um cronograma de obra único sob a responsabilidade de profissional habilitado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de uma licitação de serviços comum de engenharia, semelhante a muitas já realizadas pelo órgão não demandando sempre aditivos em contratos pré-existentes de manutenção ou limpeza e de serviços continuados.

O objeto desta licitação deverá, após finalizado, entrar nos contratos vigentes a exemplo: MANUTENÇÃO PREDIAL, TELEFONIA, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO DE ELEVADORES, E LAVAGEM DE TANQUE, VIGILANCIA etc.

Contratos de portaria e terceirizados de apoio administrativo já estão contemplados no funcionamento DA UNIDADE SEDE.

Será necessária licitação para aquisição de novos equipamentos e mobiliários específicos de biblioteca já em estudos por equipe da EMEVZ.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa contratação fez parte do PGC da UFBA A Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura da UFBA (SUMAI), tem sob sua responsabilidade zelar pela manutenção e conservação das instalações físicas e espaços comuns da universidade em todos os seus campi.

Id do item no PCA: [136/2023]

Número do Documento de Formalização da Demanda: 174/2023

Fonte de Recursos: TED 14117/2024 – Ação 15R3 e Tesouro Nacional, Fonte 0112, PTRes 043606, elemento de despesa 44.90.51

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A construção beneficiará 873 alunos, sendo 699 de graduação e 174 de pós-graduação, além de 56 docentes e 40 técnicos (TAE's). A Escola Música é uma referência nos cursos de extensão em música, tanto para jovens e adultos, como para crianças.

Os blocos contemplam 6 salas de aula; 01 diretório acadêmico; 02 salas multiuso; 01 sala de estudo/ biblioteca; 01 estúdio de gravação; 01 sala direção/ vice-direção; 11 salas administrativas; 20 estúdios; 16 gabinetes de professores; 03 núcleos especiais; 20 salas individuais (cubículos) e espaços de serviços (sanitários, vestiários, copa, cantina, depósito, guarda de equipamentos, casa de máquinas, áreas técnicas, depósito material de limpeza e apoio

13. Providências a serem Adotadas

A SUMAI precisará dar acesso à empresa e isolar a área a ser trabalhada, de forma que os transeuntes possam estar protegidos de eventuais acidentes envolvendo os materiais a serem retirados.

Por se tratar de 2 Etapa de obra tal rotina e espaço já se encontra disponibilizado

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se verifica nenhum impacto ambiental com os serviços a serem realizados fora os previstos e mitigados nos critérios de sustentabilidade do Termo de Referência.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

OBRA VIÁVEL NOS TERMOS DO TERMO DE REFERENCIA A SER ELABORADO.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA CAROLINA SOUZA PAIVA CHAMUSCA ASSMAR

Membro da comissão de contratação

MANUELLA ARAUJO DE SOUZA

Membro da comissão de contratação



Emitido em 19/12/2024

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP N° 1/2024 - CPR/SUMAI (12.01.08.30)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 29/01/2025 16:31)

ANA CAROLINA SOUZA PAIVA CHAMUSCA

ASSMAR

CHEFE - TITULAR

NUPRO/CPR (12.01.08.30.01)

Matrícula: ###466#5

(Assinado eletronicamente em 29/01/2025 15:51)

NAIA ALBAN SUAREZ

COORDENADOR(A) - TITULAR

CPR/SUMAI (12.01.08.30)

Matrícula: ###304#9

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2024**, tipo: **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP**, data de emissão: **29/01/2025** e o código de verificação: **0321575c30**